



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: [0001962-93.2023.6.22.8000](#).

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP.

ASSUNTO: Dispensa de licitação tradicional - Contratação da empresa especializada - Prestação de serviços de dedetização e desratização, com fornecimento de mão de obra e material necessário ao serviço para o exercício de 2024 - **Análise**.

PARECER JURÍDICO Nº 263 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP ([1071891](#)) visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização e desratização, com fornecimento de mão de obra e material (equipamentos, ferramentas, utensílios e material de consumo) em ambientes internos e externos nos prédios da Justiça Eleitoral em Porto Velho/RO para o período de 01/01/2024 a 31/12/2024, com contornos iniciais definidos no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento ([1071892](#)).

02. Registra-se que o pedido da contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO nº 9, de 11/10/2022, nos arts. 2º e 26º, inciso VI, publicada no DJE TRE-RO nº 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

03. Por meio do Despacho nº 2458/2023 ([1072693](#)), o Secretário da SAOFC analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não exigirá** a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO nº 9/2022, encaminhou o processo à SEAP para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

04. Nessa oportunidade, o titular da SAOFC, informou ainda que, em cumprimento ao [art. 29, § 3º da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022](#), procedeu à abertura de processo administrativo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(PSEI [0000533-91.2023.6.22.8000](#)) com a finalidade de informar e manter registros digitais atuais das despesas realizadas durante o exercício corrente e, principalmente, **aferir e evitar eventuais fracionamentos de despesas em contratações diretas, por dispensa de licitação em razão do valor**, com fundamento no art. 75, incisos II, da Lei nº 14.133/2021, seja por dispensa tradicional ou eletrônica, conforme informação juntada ao evento nº [1026266](#).

05. Para cumprimento do referido despacho e instrução do feito foram juntados os seguintes documentos ao processo:

I - Cotação de Preços nº 2/2023 - SEAP ([1073315](#)) contendo as condições gerais da contratação, enviada a diversas empresas do ramo (8), conforme documentos juntados nos eventos ([1073332](#)), ([1073341](#)), ([1073348](#)), ([1073358](#)), ([1073365](#)), ([1073441](#)) e ([1073453](#)). Verifica-se que quatro empresas apresentaram propostas ([1073930](#), [1075134](#), [1074618](#), [1074619](#)).

II - Proposta da empresa **IMUNIZADORA PROTEGE COMERCIO E SERVIÇOS LIMITADA**, CNPJ: 11.609.533/0001-91 ([1074619](#)), ofertante do menor preço de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais), que também comprovou os requisitos de **habilitação Técnica** ([1074621](#) e [1084036](#)), indicação da marca do produto ([1081302](#)) e as condições mínimas para contratar com a Administração Pública ([1083835](#) e [1075134](#));

III - Documentos complementares da empresa ([1075134](#)):

i. **Licença sanitária** expedida pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de Porto Velho, com **validade até 15/12/2023**, na qual consta as seguintes atividades licenciadas: imunização e controle de pragas urbanas; limpeza em prédios e em domicílios;

ii. **Certificado de Anotação de Registro Técnico** do químico EVERTON FARIAS PORTO, expedido pelo Conselho Federal de Química, comprovando o vínculo de responsabilidade técnica desse profissional com a empresa PROTEGE;

iii. Certificado de **registro da empresa** PROTEGE e do **profissional** EVERTON FARIAS PORTO no Conselho Regional de Química da XIV Região;

iv. **Licença ambiental de operação** expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA da Prefeitura do Município de Porto Velho, com **vencimento em 06/10/2026**, para as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atividades de imunização e controle de pragas urbanas; limpeza em prédios e em domicílios, ([1084036](#)).

IV - A versão final do Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta - ICVEC ([1080506](#)), versão final no valor de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais);

V - Termo de Referência nº 28/2023 - SEAP ([1084037](#)) - versão final, que reproduz as regras da contratação direta em razão do valor.

06. A Seção de Apoio às Contratações (SAC), após diligências, concluiu sua análise nos seguintes termos ([1084073](#)):

3- Como já registrado nesta análise, comprovou-se a regularidade da empresa IMUNIZADORA PROTEGE COMERCIO E SERVIÇOS LIMITADA, CNPJ: 11.609.533/0001-91, para contratar com a Administração Pública.

4- Após a análise formal, verifica-se que a FASE DE PLANEJAMENTO, constituída pelo DOCUMENTO FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD), evento ([1076311](#)), pela PESQUISA DE PREÇOS - ICVEC, evento ([1080506](#)), e pelo TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 28/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP evento ([1084037](#)), complementado pela cotação juntada no evento ([1074619](#)) e documentos de habilitação, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, para contratação direta por dispensa de licitação, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO.

07. Sobre a programação, o Coordenador da COFC registrou ([1084603](#)) que se trata de despesa prevista no exercício financeiro de 2024 para o qual **não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária** neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2024, por **depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024**. Nessa oportunidade, informou ainda que, a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação.

08. Por fim, a SECONT informou ([1085554](#)) que não elaborou minuta de instrumento contratual em virtude do disposto no item 8.3.3 do Termo de Referência nº 28/2023 prevendo a substituição do instrumento de contrato pela nota de empenho. Dessa forma instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº [0001962-93.2023.6.22.8000](#)) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

10. Por sua vez, no regime jurídico da **Lei nº 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

*Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.*

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

*§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)*

11. O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei nº 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3. Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação.

12. De acordo com o **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, a fase **preparatória** do **processo licitatório** é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

13. Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se da via da **contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor**. Para hipóteses como tais a **Lei nº 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

14. Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO

Art. 3º *O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:*

I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;

II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

III - Estudo Técnico Preliminar;

IV - Mapa de Riscos;

V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;

VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;

VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.

§ 1º *O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.*

§ 2º *A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.*

§ 3º *A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).*

§ 4º *A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.*

§ 5º *A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.*

§ 6º *O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.*

§ 7º *O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta. (sem destaques no original)*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações diretas, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

I - Poderão ser dispensados de forma justificada:

- a) a equipe de planejamento da contratação;
- b) o Estudo Técnico Preliminar; e
- c) o mapa de riscos;
- d) Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato.

II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:

- a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;
- b) Estimativa da Despesa; e
- c) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo.

3.1.1 Análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD.

16. O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO nº 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pela SEAP para o registro de sua demanda ([1071892](#)). Verifica-se que todos os elementos exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. Destaca-se ainda que no próprio DFD, a unidade sugeriu a dispensa do Mapa de Riscos, Estudo Técnico Preliminar e indicação de Equipe de Planejamento e de gestão da contratação, fato este que foi acatado por meio do despacho do GABSAOFC ([1072693](#)).

17. Também foi afastado processamento da contratação por meio de dispensa eletrônica, prevista nos **arts. 28º e seguintes da IN TRE-RO nº 9/2022**, em função das seguintes e literais razões:

Realizaremos cotações no mercado local, o que dispensa a busca em âmbito mais amplo, uma vez que a aquisição do objeto será mais bem atendida pelas opções disponíveis em nossa região e ainda, apresento as seguintes justificativas para Aquisição no Mercado Local;

1. Não haverá prejuízo da Concorrência:
A aquisição do objeto em questão será realizada por meio de cotações no mercado local. Essa decisão é embasada na convicção de que no mercado local existem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

diversas opções disponíveis que atendem de forma mais eficaz às nossas necessidades. A aquisição será fracionada, e essa abordagem se baseia nos seguintes pontos:

2. Diversidade de Fornecedores:

No mercado local, há vários potenciais fornecedores do serviço de dedetização e desratização, fornecendo tanto mão de obra quanto o material necessário para a realização do serviço. Isso cria um ambiente competitivo saudável, que incentiva a melhoria contínua dos fornecedores e nos possibilita obter as melhores condições para a nossa organização.

3. Não há Segregação de Mercado:

A escolha de realizar a aquisição no mercado local não implica em segregação de mercado, e isso se deve aos seguintes motivos:

3.1. Natureza Regional da Licitação:

A natureza regional desta licitação é intrínseca às necessidades e ao escopo do projeto, que requerem a presença e atuação direta no local. Portanto, a restrição à participação de empresas locais é justificada pelas circunstâncias específicas do produto, ou seja, a dedetização nos prédios do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nesta Capital. Além disso, a entrega fracionada do serviço torna necessária a contratação de empresas instaladas no município para garantir uma execução eficiente e eficaz.

3.2. Estímulo à Economia Local:

A limitação a empresas instaladas em Porto Velho tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico local, contribuindo para o crescimento de negócios na região e a criação de empregos. Essa medida está alinhada com o interesse público de fortalecer a economia local, promovendo benefícios significativos para a comunidade.

3.3. Fornecedores Suficientes:

Uma pesquisa de mercado e análise prévia demonstraram a existência de um número suficiente de fornecedores e prestadores de serviços em Porto Velho que podem atender às demandas da licitação. Isso garante a concorrência necessária para a obtenção das melhores propostas, sem prejudicar a competitividade.

4. Supervisão das Fases de Execução:

Além dos argumentos mencionados acima, gostaríamos de assegurar que esta Unidade irá supervisionar rigorosamente todas as fases de execução do processo de aquisição. Nossa prioridade é garantir a eficácia e a conformidade com os procedimentos estabelecidos, assegurando que todos os requisitos sejam atendidos de maneira adequada. (sem destaques no original)

18. Verifica-se que as justificativas apresentadas pela unidade demandante são aptas para afastar o procedimento da dispensa eletrônica, estando em harmonia com as regras do **§ 2º do art. 28 da IN TRE-RO nº 9/2022**. Nesses termos, esta Assessoria conclui pela adequação legal do Documento de Formalização da Demanda - DFD ([1071892](#)) ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022.

3.1.2 Análise da Estimativa da Despesa:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Verifica-se que a unidade demandante se utilizou da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, qual seja **a) a razão da escolha do fornecedor;** e **b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei nº 14.133/2021).** Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

20. Quanto à justificativa do preço, neste Tribunal a estimativa da despesa está disciplinada pelo art. 9º e sgs da IN TRE-RO nº 9/2022, que utiliza, por meio de seu Anexo V, um documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO**, elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, havendo a unidade prestado as informações exigidas pelo referido formulário.

21. No caso em análise a versão final da ICVEC foi juntado ao processo no evento [1080506](#) e demonstra que a cotação de preços nº 02/2023-SEAP ([1073315](#)) foi expedida a diversas empresas do ramo [1073332](#)), ([1073341](#)), ([1073348](#)), ([1073358](#)), ([1073365](#)), ([1073441](#)) e ([1073453](#)). Ao final do procedimento foram obtidas 4 propostas válidas, todas informadas no ICVEC.

22. Assim, resta demonstrado os cumprimentos dos requisitos legais da **justificativa do preço** e da **razão da escolha do fornecedor**, representados pela empresa ofertante do menor preço. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022.

3.1.2.1 Do fracionamento de despesa: Inocorrência.

23. Com o intuito de evitar eventuais fracionamento das despesas nas contratações processadas por dispensa de licitação em razão do valor fundamentadas no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021** - tanto por dispensa tradicional quanto por dispensa eletrônica - o GABSAOFC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elaborou quadro com os registros dos processos com despesas no exercício de 2023 ([0000533-91.2023.6.22.8000](#)).

24. A aferição de eventual fracionamento tem seus contornos definidos no âmbito deste órgão pelo § 2º do art. 29 da **instrução Normativa TRE-RO nº 009/2022** ([0917187](#)), norma que instituiu o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 para os procedimentos das contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Tal regulamento, em harmonia com § 1º, Inciso I e II, art. 75, da Lei nº 14.133/2021, prevê de forma expressa:

Art. 29. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo anterior, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 1º O disposto nos incisos do caput deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade ou na posse do TRE-RO, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

§ 2º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

§ 3º A SAOFC manterá registro em meio digital com os dados dos processos de despesas do exercício corrente, que permitam aferir eventual fracionamento, para consulta de todas as unidades que atuam no processo da contratação ou juntá-los nos respectivos processos.

§ 4º Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei n. 14.133/2021 e no art. 337-E do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (sem destaques no original).

25. Verifica-se que o quadro juntado no evento ([1075769](#)) **NÃO** indica qualquer outra contratação anterior no exercício corrente de serviços de dedetização e desratização. **Na verdade, trata-se de contratação que será realizada apenas no exercício de 2024. Por essa razão, orienta-se ao GABSAOFC que inclua seus valores no quadro de controle de fracionamento de despesas de 2024.** De plano, pode-se afirmar que, como o valor da contratação pretendida encontra-se no limite da dispensa legal, atualmente fixado em R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022, verifica-se o atendimento ao requisito insculpido no inciso II, art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1.3 Análise do termo de referência.

26. O Termo de Referência está disciplinado pelos **arts. 15º e seguintes da IN TRE-RO nº 9/2022**, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pela SEAP, na sua redação final, para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1084037](#)). Verifica-se que, após as diligências da SAC, a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destacam-se:

I - Definição do objeto - Capítulo 1;

Em conformidade.

II - A previsão no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO - Capítulo 2;

Em conformidade.

III - Fundamentação da contratação - Capítulo 3;

Em conformidade.

IV - Descrição da solução como um todo - Capítulo 4;

Em conformidade.

V - Requisitos da contratação - Capítulo 5;

Em conformidade.

VI - A previsão de práticas de sustentabilidade - Capítulo 6;

Em conformidade.

VII - Modelo de execução do objeto - Capítulo 7;

A unidade registra no item 7.1.1 que há contrato vigente até o dia 31/12/2023 (PSEI ([0001962-93.2023.6.22.8000](#))). Assim, a nova contratação está sendo dimensionada para o período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

VIII - Modelo de gestão do contrato: Capítulo - 8;

Em conformidade. De acordo com o item 8.3. do TR, o contrato será substituído pela nota de empenho, **situação que será analisada quando da conclusão deste parecer.**

IX - Critérios de medição e de pagamento - Capítulo 9;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em conformidade.

X - Reajuste contratual: Capítulo - 10;

Em conformidade.

XI - Estimativa do valor da contratação - Capítulo 11;

Em conformidade.

XII- Aderência orçamentária: Capítulo - 12;

Em conformidade.

XIII - Forma de seleção do fornecedor: - Capítulo 13;

XIV - Critérios de seleção do fornecedor - Capítulo 14;

i. **critérios de aceitação da proposta:** Proposta juntada no evento [1074619](#). Justificativas para aceitação da única proposta de preços constam do ICVEC ([1080506](#));

iii. **critérios de habilitação:** De acordo com o que registrado nos itens 6.1 c/c 14.8 do TR, a empresa apresentou as licenças, autorizações e certificações exigidas pelas autoridades ambientais e reguladoras para a execução dos serviços. Foram listados todos os documentos apresentados, todos descritos no relato deste parecer.

XV - Das infrações e sanções aplicáveis - Capítulo 15.

Em conformidade.

27. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do termo de referência nº 25/2023-SEAP ([1084037](#)) ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

IV – CONCLUSÃO

28. **Pelo exposto**, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022, motivo pelo qual opina:

I - Pela adequação legal do Documento de Oficialização da Demanda ([1071892](#)), da informação conclusiva valor estimado da contratação - ICVEC, versão final ([1080506](#)) e do Termo de Referência nº 28/2023-SEAP, versão final ([1084037](#)) - também analisado e tido



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como regular pela SAC ([1084073](#)), podendo ser aprovados pela autoridade competente, na forma da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 4/2023;

II - Como se trata de contratação que será realizada apenas no exercício de 2024 não há cogitar-se de fracionamento de despesa no exercício de 2023. Orienta-se ao GABSAOFC que inclua os valores desta contratação - caso ocorrida - no quadro de controle de fracionamento de despesas de 2024.

III - Pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no inciso II, art. 75, da Lei nº 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência citado, diretamente com a empresa IMUNIZADORA PROTEGE COMERCIO E SERVIÇOS LIMITADA, CNPJ: 11.609.533/0001-91, vencedora da cotação de preços, no valor de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais) e que comprovou os requisitos de habilitação Técnica ([1074621](#) e [1084036](#)), que comprovou os requisitos de habilitação Técnica ([1074621](#) e [1084036](#)), indicação da marca do produto ([1081302](#)) e as condições mínimas para contratar com a Administração Pública ([1083835](#) e [1075134](#)).

IV - Conforme já apontado no item 7 deste parecer, há informação da unidade COFC do órgão quanto à impossibilidade de programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, posto que os valores da pretensa contratação serão executados no exercício de 2024;

V - Considerando que o valor da contratação pretendida está situado no limite da dispensa legal, embora resulte em obrigações futuras para a contratada, entende-se possível substituir o instrumento de contrato pela nota de empenho, na forma prevista no caput do art. 95 da Lei n. 14.133/2021 e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010 - 1ª Câmara, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para contratações dentro do limite de dispensa em razão do valor. Precedente: Decisão desta administração, evento ([0981838](#)).

29. Com precedente no Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Mikelle Barros de Santana, Estagiário**, em 22/11/2023, às 12:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 22/11/2023, às 12:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1086479** e o código CRC **DC906CED**.